

O Teletrabalho e o Enclausuramento nas Relações Sócio-espaciais: três vias de análise

Álvaro Henrique de Souza Ferreira*

RESUMO

A flexibilização do trabalho e as novas tecnologias de informação trouxeram consigo, dentre outras, uma nova forma de atividade, em que o funcionário exerce suas tarefas em casa: o teletrabalho. Há um grande debate quanto aos aspectos positivos e negativos desse novo tipo de organização do trabalho. Este artigo – para melhor compreender a complexidade da relação entre teletrabalho, espaço e indivíduo – tem por objetivo apontar três vias de análise:

a) o capitalismo como engendrador do modo de vida do indivíduo; gerador de subsunção dos trabalhadores.

b) o trabalho como lugar e atividade instituídos.

c) pensar o espaço e sua territorialidade implica perceber o ser humano mediante os processos de valorização do lugar como reflexo da realidade vivida.

PALAVRAS-CHAVE:

Teletrabalho, Moralidade, Espaço, Lugar.

33

O processo de reestruturação e flexibilização implementado juntamente com a revolução informacional veio permitir a utilização de diferentes relações de trabalho. Pode-se observar um turbilhão de transformações que seguem a surpreender e envolver, de diferentes formas, a produção, as relações de trabalho e o mercado financeiro.

A subcontratação, forma de atividade crescente por parte das empresas, implementando um grupo de trabalhadores que exerce seus afazeres na própria residência, os *freelancers*, une-se ao chamado teletrabalho (*telework*), que manifesta-se de forma cada vez mais intensa. Como teletrabalho poder-se-ia compreender as atividades profissionais exercidas à distância ou na própria residência do trabalhador, graças à utilização interativa de equipamentos e da rede de telecomunicações. Embora consista de um traba-

lho assalariado, deve ser visto sob uma outra ótica. As atividades de análise e programação informática, de consultoria, de vendas, de planejamento, ou aquelas que consistem em tratar, manusear ou produzir a informação, dentre outras, têm recebido maior atenção e iniciou-se a sua execução à distância, ou seja, fora da sede da empresa.

As empresas têm investido na reestruturação de suas seções e representações regionais que, por conseqüência, atravessam um momento de readaptação. As amplas instalações das antigas representações regionais cederam lugar a espaços menores, denominados, muitas vezes, de pontos de referência ou telelocais.

Praticado no domicílio do assalariado ou, por outro lado, em um telelocal situado próximo à vizinhança, agrupando vários indivíduos, o teletrabalho é considerado como uma forma de des-

locamento de certas atividades e tem sido visto pelas empresas como forma benéfica para redução de seus custos imobiliários e de energia.

A mudança segue a tendência de um discurso mundial em que as grandes organizações, para sobreviverem em um mercado competitivo, precisam elevar a eficiência. Tal tendência parte do preceito de que o desempenho não se mede mais por onde, quando e quanto o funcionário trabalha, mas pelos resultados que ele atinge. Dentro desse mesmo espírito, aparecem também alternativas como o escritório virtual e os "home offices" (escritórios em casa). Contudo, quanto às relações entre os *freelances* e as empresas, observa-se um agravante no que diz respeito à ausência da situação da vinculação em nível funcional. É feito um contrato de prestação de serviços, por um tempo determinado ou para a execução de determinada tarefa, não havendo vínculo empregatício entre o contratante e o subcontratado. No entanto, este estudo deverá ater-se apenas às relações determinadas pelo teletrabalho.

Em contrapartida, para o trabalhador, afirma-se que esse tipo de organização do trabalho comporta igualmente aspectos positivos: maior independência, domínio da vida cotidiana, flexibilidade dos horários de trabalho, redução dos transtornos gerados pela necessidade de circulação e de estacionamento, estes cada vez mais presentes nas grandes metrópoles.

Não se deve esquecer que uma organização é um sistema social apoiado, também, em uma cultura empresarial, reunindo múltiplos fatores, dentre os quais citar-se-iam as relações de cooperação e as de poder. O controle da presença do trabalhador, o controle do respeito aos procedimentos e às regras prescritas não têm sentido no contexto do teletrabalho, onde o julgamento é feito essencialmente pelos resultados.

Por outro lado, o trabalho não se reduz à relação entre o indivíduo e os equipamentos, pois é também um desenvolver-se no interior de um grupo social. A individualização própria do teletrabalho e do trabalho a domicílio, de forma ge-

ral, limita esse desenvolvimento. Tem-se salientado o sentimento de isolamento desse trabalhador e os riscos quanto ao crescimento profissional, visto que o indivíduo estando afastado do contato com outros trabalhadores deixa de trocar experiências e perde poder de argumentação e de execução de tarefas em grupo.

O teletrabalho é mais do que o resultado de uma inovação técnica ou do que uma mudança nos procedimentos e nos hábitos do trabalhador. Visto de maneira mais profunda, transforma as relações entre os indivíduos e a organização social.

Grande parte das novas relações construídas contribui de forma efetiva para o incentivo ao enclausuramento do indivíduo em sua residência, o que acarreta um enorme debate sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos desse processo que cada vez mais se constitui como tendência atual.

Buscar-se-á estudar o processo que engloba essas novas relações de trabalho, utilizando-se três vias de análise:

a) o capitalismo como engendrador do modo de vida do indivíduo; gerador de subsunção dos trabalhadores;

b) o trabalho como lugar e atividade instituídos. A presença e o contato entre os trabalhadores no lugar contribui para a construção e o exercício da moralidade;

c) pensar o espaço e sua territorialidade implica perceber o ser humano mediante os processos de valorização do lugar como reflexo da realidade vivida.

O CAPITALISMO COMO ENGENDRADOR

Há que se observar o predomínio do discurso segundo o qual devem ser privilegiadas as idéias de eficiência e produtividade como chave para o sucesso das empresas em face à grande competitividade mundial.

Na verdade, a atual reestruturação dos processos produtivos e das relações de trabalho têm

provocado a segmentação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, uma crescente desigualdade social e o enfraquecimento de diversas formas de organização social, como os sindicatos e as comissões de empresa. As colocações são feitas como se tudo fosse consequência inexorável dos avanços tecnológicos e do processo de abertura global frente ao capital. Contudo, ao conceder à técnica

um papel central na vida humana, este tipo de raciocínio tem como pressuposto implícito (...) uma valorização positiva do crescimento econômico e da evolução tecnológica, entendidos como sinônimo de desenvolvimento social e humano, de melhoria de qualidade de vida e progresso (LEITE e DA SILVA, 1996, p. 49).

Encontra-se, dessa forma, a predominância da razão da técnica, levando à crença de que o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico seria capaz de resolver todas as distorções que, por ventura, venham a surgir.

Tanto nos países centrais como nos periféricos existe certo temor quanto ao encaminhamento da economia global a um futuro cada vez mais automatizado. As revoluções na tecnologia têm levado ao aumento da produção e em contrapartida ao decréscimo da massa de trabalhadores. É a partir disso que se deve ter consciência que o desenvolvimento das novas tecnologias acabou por produzir excedentes de força de trabalho. Observa-se então, conforme expõe Harvey,

o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do

negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado (HARVEY, 1993, p. 175).

Curiosamente, esse processo que desloca o trabalhador, retirando-o do local de trabalho, a fábrica ou o escritório, e novamente alocando-o em sua residência, caracteriza o retorno, guardadas as devidas especificidades, a um momento em que o artesão dividia em sua casa o lugar de viver e o lugar de trabalhar. Tal fato é, também, reconhecido por Finquelievich quando afirma que “pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a residência, que havia sido relegada ao espaço e ao tempo ‘extra-trabalho’, volta a integrar as funções de produção, gestão e reprodução” (FINQUELIEVICH, 1997, p. 2). Ou seja, depois de passar por uma fase em que houve a transformação do trabalho assalariado em mercadoria, na qual retiraram-se do trabalhador os seus meios de produção, ocorre atualmente o retorno de um momento em que o capitalista volta a “comprar” o produto ao trabalhador. Tal processo guarda, também, suas especificidades, as quais trabalharemos no decorrer deste estudo.

Convém explicitar um pouco mais a ligação que se deseja fazer, no que diz respeito ao retorno a que se fez menção. Pode-se, utilizando Marx, acrescentar que o processo de trabalho é subsumido ao capital, e “o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio” (MARX, 1978, p. 51). O processo de trabalho estaria convertido em instrumento do processo de valorização do capital. Contudo, Marx, em sua análise, dedicava alto grau de importância ao fato do trabalhador estar colocado em reunião a outros trabalhadores, por força da divisão do trabalho na oficina.

De alguma maneira, Marx percebia o desenvolvimento da força produtiva do trabalho em oposição ao trabalho mais isolado dos indivíduos

os e, ainda mais claramente, com a “aplicação da ciência - esse produto geral do desenvolvimento social - ao processo imediato de produção; tudo isso se apresenta como força produtiva do capital, não como força produtiva do trabalho” (MARX, 1978 p. 55). O “comprador” da força de trabalho seria assim considerado, na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, por sua vez, fariam com que o trabalhador caísse sob a dependência econômica do capitalista. A partir desta constatação, Marx conclui que quanto mais se verificam as condições de trabalho como propriedade alheia, mais plenamente é estabelecida como formal a relação entre o capital e o trabalho assalariado.

O trabalhador se vê obrigado a manter a relação de subordinação ao empregador, já que a sua existência e a de sua família dependem de que renove continuamente a venda de sua força de trabalho ao capitalista. Ainda hoje, se pode inferir esta afirmação e, na verdade, é tal constatação que efetiva a atual reestruturação das relações de trabalho, concretizando as formas de teletrabalho e “home offices”.

Sob o ponto de vista do empresariado, com toda a certeza, o efeito dos microcomputadores sobre a comunicação e processamento de dados criou novas oportunidades de lucro empresarial. Em matéria publicada na revista Carta Capital (*Contra a maré*, 16 de setembro de 1998, p. 68), enfatiza-se o processo pelo qual a possibilidade de resposta mais rápida e precisa às solicitações dos clientes e às mudanças das condições do mercado permite efetuar operações financeiras mais ágeis e complexas e acelerar o giro do capital. Em outros casos, o computador pode aumentar os lucros ao padronizar e automatizar determinados procedimentos, diminuindo, sob este aspecto, a necessidade de qualificação e experiência, fatores antes associados a funções de nível médio, permitindo, assim, reduzir salários sem necessariamente aumentar a produtividade. Esta mesma possibilidade de automatização facilita o processo de subcontratação, pois a agili-

zação do processamento e da comunicação favorece a distribuição operacional e espacial de todas as operações, permitindo a alocação em países ou regiões onde os custos referentes à força de trabalho sejam menores, mais uma vez aumentando os lucros sem necessariamente aumentar a produtividade.

Não parece surpreendente que o empresariado encontre-se entusiasmado com a possibilidade de redução dos custos imobiliários e dos gastos de funcionamento e, ao mesmo tempo, mantenha a sua produtividade. Além disso, existe ainda o fato da efetivação da transferência de custos ao trabalhador. Muitas empresas, sobretudo as menores, deixam por conta do teletrabalhador as despesas com *hardware* e *software*, muitas vezes “limitando-se a pagar-lhes um modem. Além do mais, é necessário considerar o custo de um espaço dentro da casa dedicado exclusivamente ao trabalho, gastos de energia e nova mobília” (FINQUELIEVICH, 1997, p. 8).

Por outro lado, LÉVY (1998, p. 5) acredita que mudanças revolucionárias ocorrerão no mercado, na política e na cultura. Acredita o autor que as redes de informação terão o poder de tornar estas esferas mais transparentes e acessíveis ao cidadão. Segundo sua posição, haverá a restauração da igualdade entre os seres humanos, já que não seriam mais necessários os intermediários para os indivíduos divulgarem seus trabalhos. Por certo, tampouco seriam necessários empregos da forma instituída, estes seriam substituídos pela organização, comunicação e negociação direta entre trabalhadores informatizados.

Não parece que, mesmo com a implementação desse mundo vislumbrado por Lévy, se possa estar longe da dominação enunciada por Marx. Como o usuário/consumidor escolheria o melhor fornecedor de serviços ou o melhor produto? Estar-se-ia, da mesma forma, dependente dos mercados dominados pela mídia eletrônica, contribuindo, assim, para a maior concentração dos mercados mundiais e não para uma sociedade igualitária. Vê-se, na verdade, a implementação

de novos mecanismos que mantêm o controle e a subsunção do trabalho ao capital.

Desde que a duração da jornada de trabalho se tornou um dos principais fatores de repressão, a redução das horas gastas no local de trabalho deveria ser o principal requisito para a liberdade do trabalhador. Entretanto, agora o controle é feito através do cumprimento de tarefas. Vai-se ao encontro de Finquelievich (1997, p. 10), afirmando que o empresariado mantém grande controle através do planejamento e dos recursos, ainda que descentralizando as tarefas e a execução das decisões.

Visto dessa maneira, o trabalhador, independentemente de acreditar que as subcontratações ou a efetivação dos *home offices* lhe seja de alguma forma benéfica, encontra-se em posição de desvantagem frente a sua impossibilidade de escolha. A política adotada amplia de forma exacerbada a velocidade das reestruturações, que cada vez mais contribuem para uma total substituição da concepção antes estabelecida de local de trabalho.

O TRABALHO COMO ATIVIDADE E LUGAR INSTITUÍDOS.

A abordagem a ser realizada, no que se refere ao trabalho como atividade e lugar instituídos, remete a uma pequena introdução quanto a noções de ética, normas e moralidade.

As conseqüências da decisão de um indivíduo podem afetar não apenas a ele, mas a um grupo maior de indivíduos. Assim, as ações se inserem na necessidade de pautar-se por normas a serem cumpridas. Estas normas são aceitas e reconhecidas como a forma correta de posicionamento.

O indivíduo age dentro de uma conduta moral, age moralmente e, da mesma maneira, é julgado de acordo com as normas estabelecidas. Desta forma temos “de um lado, atos e formas de comportamento dos homens em face a determinados problemas, que chamamos morais, e do outro lado, juízos que aprovam ou desapro-

vam moralmente os mesmos atos” (VÁZQUEZ, 1997, p. 6).

As normas que determinam as ações e formulam juízos fazem parte de um comportamento efetivo, seja enquanto indivíduo, seja enquanto grupo social. O comportamento humano prático-moral foi e é construído através do tempo e “remonta até as próprias origens do homem como ser social” (VÁZQUEZ, 1997, p. 7). Os indivíduos não só agem moralmente, mas também refletem sobre essas ações, tomando-as como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Faz-se, dessa forma, a passagem da moral vivida para a moral reflexiva e, assim, adentra-se na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos.

Na verdade, ética e moral, embora estejam relacionadas, diferem. Toda moral pressupõe princípios ou normas de comportamento, mas não cabe à ética estabelecê-los na comunidade. Segundo VÁZQUEZ (1997, p. 15), a ética busca a determinação da origem da moral, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas. A moral não é a ciência, mas o objeto da ciência e, por outro lado, a ética busca a abordagem científica dos problemas morais.

A ética não é a moral e, dessa forma, não deve ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições. Contudo, por ter como missão a explicação da moral efetiva, pode influir na própria moral. Posto isto, percebe-se que o modo de comportamento é construído e não corresponde a uma disposição natural. Independente do seu grau de consciência, como sujeito do comportamento moral e como ser social, o indivíduo é parte da estrutura social, estando inserido em uma rede de relações, na qual vigora uma moral efetiva. Giddens vai ao encontro de tais afirmações quando expõe a necessidade de, ao analisarem as relações sociais, reconhecer “a padronização de relações sociais no tempo-espaco envolvendo a reprodução de práticas localizadas (...)

envolvendo uma ordem virtual de 'modos de estruturação' recursivamente implicados em tal reprodução" (GIDDENS, 1989, p. 13). A partir desta afirmação o autor estabelece a existência de práticas sociais que são claramente semelhantes através de dimensões variáveis de tempo e de espaço, e que apresentam uma forma sistêmica.

Convém reforçar que a relação sistêmica a que Giddens se refere está intimamente ligada à estrutura social, a qual diz respeito aos aspectos mais duradouros dos sistemas sociais. E, a partir de então, sendo as instituições os aspectos mais duradouros da vida social, demonstra-se que as características institucionalizadas é que proporcionam maior solidez às relações sociais através do tempo e do espaço.

A relação entre o indivíduo e a sociedade mostra-se inseparável de uma outra vinculação: o trabalho. Tal atividade mostra-se fortemente institucionalizada na sociedade e, no decorrer do tempo, foi pensada como uma forma de solidariedade ou, por outro lado, como uma forma de exploração do trabalhador. Atualmente, a discussão, no que se refere ao trabalho, ganha novos elementos para o debate.

É frequentemente afirmado que há uma tendência à substituição do contato face a face através da utilização das tecnologias de informação, eximindo a necessidade da presença no local de trabalho. Contudo, tais tecnologias devem funcionar mais como complementares ao trabalho em vez de substituir sua presença. O comportamento humano foi construído através do tempo e o indivíduo age dentro de uma conduta moral, já que é parte da estrutura social, estando inserido em relações de trabalho instituídas desde os primórdios. É difícil acreditar que os contatos profissionais que acontecem no local de trabalho possam ser substituídos pelo contato com a família ou com a vizinhança.

Segundo DÜRRENBARGER (1995, p. 108), a personalidade do trabalhador é altamente influenciada pelas relações que se realizam no local de trabalho, contribuindo mesmo para o

aprimoramento das habilidades profissionais do indivíduo. Muito do que se afirma sobre teletrabalho deixa de reconhecer que o local de trabalho não se resume a uma localização física, mas se constitui como *locus* de um esforço coletivo e, em grande parte, social.

O argumento teórico do estudo de DÜRRENBARGER (1995, p. 109) baseia-se na Ética Protestante do Trabalho de Weber, que separa a esfera pública do trabalho da esfera privada do domicílio. Os autores recorrem ao conceito de separação entre as esferas públicas e privadas para abordarem a separação entre os contatos profissionais públicos e privados que se realizam no local de trabalho. Isto é, os contatos profissionais privados ocorreriam no ambiente imediato do escritório, ao passo que os contatos públicos dar-se-iam através das relações informais intra-firma. Assim, pode-se afirmar a necessidade da presença do funcionário no local de trabalho, seja para os contatos privados ou para os públicos. Desta forma, os contatos no local de trabalho não poderiam ser substituídos pelos contatos travados através das tecnologias de informação.

CHRISTENSEN (1996, p. 209) busca uma abordagem mais extrema quando afirma que o diálogo realizado face a face é fundamental para a construção da moralidade e, desta forma, no momento em que a tecnologia modifica o processo do diálogo, fazendo-o mediado pela informática, gera transformações no cenário social através das mudanças de comportamento. Assim, as tecnologias informacionais estariam afetando a construção da moralidade na sociedade. A autora acredita que quanto mais os indivíduos se isolam das relações que se dão, inclusive nos locais de trabalho, menos significados são compartilhados e menor será a capacidade da sociedade encontrar o entendimento comum para a criação da comunidade.

Outro fator que permeia as relações entre as empresas e os teletrabalhadores diz respeito à distância física que separa o indivíduo que trabalha em casa do contato com o chefe ou com o

subcontratante. Em certo ponto, tal distância pode causar insegurança, fruto da falta do controle anteriormente instituído. Por vezes, o trabalhador pode sentir-se “esquecido” e julgar que as possíveis promoções podem ser afetadas pela distância física.

Por outro lado, a residência é mais que local físico. A residência é um lugar com uma representação mental, que diz respeito a vários tipos de associações entre estado de espírito e ao contexto propriamente físico. A implementação do teletrabalho no domicílio remete a impactos nos aspectos sociais, culturais e de comportamento, posto que a construção do lar é algo já amplamente instituído como o lugar confortável, de repouso, de descanso e da relação familiar. Entretanto, a organização do espaço físico também é afetada quando da efetivação do teletrabalho, tanto para o trabalhador quanto para o restante da família.

Com a implementação das novas tecnologias, a imagem do capitalismo não se mostra mais sobre a égide da fábrica, que implementava a produção em série, e de um trabalhador voltado para uma atividade extremamente específica e repetitiva. Contudo, as novas formas de trabalho, o teletrabalho e os home offices não abandonaram a exploração que, longe de desaparecer, adota agora formas mais astuciosas, através das quais o próprio trabalhador colabora para a continuação de sua alienação e exploração. O teletrabalho sugere uma transformação no que se refere à vigilância e à disciplina da forma convencional até então implementadas pelas empresas. Quando se pensava em vigilância, estava-se remetendo à supervisão direta de um chefe imediato. Giddens elucida a importância da vigilância aliada ao local específico de trabalho ao afirmar que o

‘acondicionamento’ no tempo-espço de agrupamentos de indivíduos em locais confinados, onde pode ser efetuada uma supervisão contínua em circunstâncias de co-

presença, tem obviamente enorme importância para a geração de poder disciplinar (GIDDENS, 1989, p. 128).

Embora possa parecer contraditório, de alguma forma, a co-presença dos trabalhadores em um mesmo local de trabalho, em um local fisicamente integrado, apesar de facilitar a vigilância, possibilitava, dentro de um contexto de solidariedade entre os trabalhadores, movimentos de greves ou paralizações. Quando há uma desagregação da força de trabalho no tempo e no espaço, percebe-se a efetivação de uma forma mais astuciosa de vigilância, que diminui fortemente a capacidade de mobilização dos trabalhadores enquanto classe.

O ESPAÇO E SUA TERRITORIALIDADE.

Observa-se, atualmente, uma grande revolução conduzida pelas novas tecnologias de comunicação e informação que afetam fortemente, também, o espaço. O espaço anterior tem os seus princípios rompidos pela instalação de novos princípios organizadores da ordem social que, por sua vez, é uma ordem política, que também é uma ordem econômica. A idéia era de sucessão do tempo. Porém, com o controle dos recursos na superfície da terra como um todo, a forma como se organiza o capital, a extensão da própria fase financeira do capital e a velocidade dos processos, tem-se uma simultaneidade de fases. Processos que eram sucessivos, se horizontalizam, observando-se uma maior sincronia dos processos.

Estas novas tecnologias de comunicação e informação permitiram uma aceleração da produção, alcançada em virtude das mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical, e reverteram a tendência fordista de integração vertical ao produzirem um curso cada vez mais indireto da produção, mesmo diante da crescente centralização financeira.

Estão sendo observados, de forma radicalizada na contemporaneidade, processos cada vez

mais fortes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Isso ocorre de diversas maneiras e poder-se-ia começar abordando a não necessidade de firmar a territorialidade através da ocupação do espaço de forma materialmente construída. Convém salientar que a desterritorialização não se dá de forma una, de uma maneira padronizada, por isso Deleuze & Guattari (1996) enfatizam a importância de não confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou anterior.

Dá-se a territorialização, através de todo um processo de criação de códigos e símbolos que caracterizam e particularizam um lugar para um indivíduo ou grupo. Este lugar está intimamente ligado às relações travadas entre as pessoas no decorrer do tempo, o lugar está impregnado de objetos comuns. Tuan enfatiza esta afirmação quando acrescenta, no que se refere aos objetos do lugar, que “os conhecemos através do uso; não lhes prestamos atenção (...). Eles são quase uma parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos” (TUAN, 1983, p. 159). HARVEY (1980, p. 26) vem ao encontro de Tuan, quando constata a necessidade de considerar o significado simbólico e a complexidade do impacto do lugar sobre o comportamento dos indivíduos. É partir disto que TUAN (1980, p. 15) afirma serem as realizações dos indivíduos vistas como casulos que eles próprios teceram para, assim, se sentirem confortáveis.

O lugar é visto dentro da concepção da porção do espaço apropriada para o exercício da vida vivida, através não tão somente do lugar físico propriamente, mas também através dos sentidos, da percepção, de um elo afetivo. Carlos indica este mesmo caminho ao afirmar que “o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 1996, p. 26).

A territorialização, então, acontece sem a necessidade de firmar-se através da ocupação do espaço de forma materialmente construída. Pode-

se exemplificar com o espaço da prostituição, onde não é necessária a construção de um prostíbulo, mas basta que se perceba a ocupação de um espaço da cidade com a sua prática, admitindo inclusive que outras práticas ocupem aquele mesmo espaço. Constitui-se uma sociabilidade, que se territorializa, mas ela não faz reserva de território, porque isso seria o mosaico. Segundo MAFFESOLI (1987, p. 193), as tribos são nômades, elas caminham pela cidade. É diferente de pensar em um bairro italiano ou um bairro chinês. Existem estudos sociológicos e antropológicos mostrando a constituição das tribos nas praias, o seu território; isso não significa que a praia está sendo loteada. Há uma plasticidade muito maior, que aponta para a constituição do território da sociabilidade, com suas práticas de apropriação de recursos transitórios. É muito importante trabalhar com esses fenômenos porque são fenômenos da nossa modernidade radicalizada, dos fluxos e não dos fixos. Anteriormente eram os fixos, e os mosaicos correspondem à temporalidade dos fixos. O caleidoscópio contemporâneo da constituição das tribos é expressivo do momento dos fluxos. O teletrabalho se dá desta mesma forma, no momento dos fluxos, e esta “nova tribo” percebe uma desterritorialização profunda de seus valores instituídos.

MAFFESOLI (1987, p. 205) chama a atenção para o discurso genérico da globalização, que se faz acompanhar da noção de desterritorialização, de desenraizamento. Ao mesmo tempo em que se tem desterritorialização e desenraizamento, no sentido antropológico, ou seja, no sentido da perda das raízes culturais, tem-se a reterritorialização.

Quando da desterritorialização, percebe-se a perda dos vínculos com o lugar e com as relações efetivamente nele realizadas. Esta afirmação é enfatizada por Santos, quando argumenta que

hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobre-

põe ao repouso. Os homens mudam de lugar(...)mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização (SANTOS, 1996, p. 262).

A desterritorialização rompe com toda uma formação de sistemas simbólicos de significados, de valores, que foram instituídos através de práticas sócio-culturais que, por sua vez, foram responsáveis pela construção social do lugar.

A reterritorialização, quando se faz, guarda novos traços e trajetórias, as quais em muito divergem da territorialidade estabelecida anteriormente. A reterritorialização não exprime uma transferência de lugar apenas, representa uma nova rede de relações e processos que desencadeiam uma nova codificação. Estes novos processos e relações não operam no, mas constroem ativamente o espaço e o tempo, e nisso, definem escalas distintas para o seu desenvolvimento.

O ENCLAUSURAMENTO PELA UNIÃO E INTERSEÇÃO DAS TRÊS VIAS

Com a efetivação do teletrabalho, esses profissionais fazem de um cômodo de sua residência o seu escritório. Por trás desse “simples fato” se escondem processos e estruturas bastante complexos, através dos quais percebe-se uma desterritorialização, seguida de uma reterritorialização. O Homem ao trocar o escritório da empresa ou da indústria onde trabalhava, fazendo da sua residência seu novo local de trabalho, exercita uma desterritorialização – desterritorializa-se – para, posteriormente, reterritorializar-se em seu novo ambiente de trabalho, onde sua residência passa a exercer outras funções.

As novas tecnologias de informação e comunicação permitem acessar e enviar todo tipo de material e trabalho, sem a necessidade de deslocamento espacial. Embora possa parecer fato

normal e sem maiores conseqüências, tal procedimento altera fortemente as relações sócio-espaciais anteriormente existentes.

Além do período normal de trabalho, o indivíduo gastava mais algum tempo entre o itinerário de ida e volta e o almoço. Sob esse aspecto poder-se-ia concluir benéfica tal mudança, já que, trabalhando em sua própria residência, não mais se perderia (?) esse tempo. Contudo, faz-se necessário salientar a importância desse “tempo perdido”.

O Homem precisa do contato social, do contato profissional, o indivíduo precisa criar laços. O território limitado da residência age como fator limitante à natureza humana. O indivíduo trabalha sozinho e deixa de observar as relações comuns ao ambiente de trabalho.

Do ponto de vista espacial, a limitação é bastante considerável. O indivíduo, quando enclausurado, deixa de observar as modificações que, diariamente, se fazem presentes no espaço e, como o espaço é o *loco* das mudanças e atividades sociais, refletindo como um espelho a sociedade, esse indivíduo corre o risco de desligar-se da realidade vivida, pois como afirma Santos, “o espaço por ser um testemunho, (...) testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada¹” (SANTOS, 1978p. 138).

Assim, o lugar antes percorrido, pode, posteriormente, transformar-se em deslugar², pois o indivíduo deixa de acompanhar as modificações ocorridas e o que antes era familiar torna-se estranho.

Essa revolução técnico-informacional traz uma série de novidades que, muitas vezes, contribuem de forma efetiva para o incentivo ao enclausuramento do indivíduo em sua residência: são compras ou trabalhos inteiros recebidos e enviados via Internet; via Sedex, sem precisar sair de casa; e condomínios fechados com toda a infra-estrutura que permite o total isolamento do “mundo exterior”.

A partir disso, nesses tempos de modernidade radicalizada, alguns autores têm questionado a importância do espaço, das escalas, da dimensão terrestre na vida efetiva do cidadão. Em um universo da alta-tecnologia, da imediatez das imagens, a geopolítica cederia lugar à cronopolítica em que os fundamentos da administração da velocidade e do tempo, e não mais do espaço, têm importância decisiva.

Não parece certo aceitar comodamente essa negação da importância do espaço. Tal ausência leva-nos a perceber que o contato entre os homens se esvazia, a impessoalidade e a falta de sensibilidade tornam-se fruto de relações mediadas pelas tecnologias de informação, o indivíduo e o computador. Estas relações, conforme Haesbaert, além de prescindirem da presença do Homem, prescindem também da relação com o território.

Quanto ao espaço e ao território, eles tendem a ser escamoteados: a mundialização operada pela multimídia e as infovias apagam nossas referências espaciais. O espaço público vivido, aquele da rua, da cidade (...), desaparece. Ora, o território é o lugar privilegiado da construção social, o laço maior de articulação entre o social e o econômico; é aí também que se constata a alteridade e se opera o confronto com os outros. De fato, não existe político que não se inscreva sobre o território³ (HAESBAERT, 1995: 202)

O espaço deve ser valorizado e percebido como produtor e produto das relações sociais. Não é possível tratar espaço e tempo separadamente quando se busca uma análise coerente da realidade vivida, até porque as relações sociais são sempre espaciais.

Não se tem por objetivo maldizer a revolução promovida pela informática, que traz e leva a todo planeta, o mais variado número de informações simultaneamente. O que tem estado à

margem da discussão e que tem elevada importância são as consequências dessa reestruturação, desse "furacão" de mudanças que, sob esse aspecto, parafraseando Marx (1998), nos leva a perceber, cada vez mais, que "tudo o que é sólido desmancha no ar".

NOTAS

- * Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, a ser apresentada em junho de 1999.
- ** Bacharel em Geografia pela UERJ. Mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ).
- 1 Santos, Milton. *Por uma Geografia Nova* (Ed. Hucitec-1978). No decorrer de seu pensamento o autor passa a denominar "...rugosidades..." o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço(...) Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo." (pág. 138)
- 2 Segundo TUAN (1983), são paisagens com as quais o indivíduo não mantém afinidades, o deslugar é vazio de significados, ou, pelo contrário, por essas paisagens acaba desenvolvendo uma forma de repulsão.
- 3 Robin, J. *Les dangers d'une société de l'information planétaire*. (Le monde diplomatique n° 491, fev. 1995). Citação retirada de Haesbart, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In *Geografia: Conceitos e Temas* (Ed. Bertrand do Brasil, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar noldo mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150p.
- CHRISTENSEN, Sandra L. Virtuality, conversation, and morality. *Technology Studies*, v.3, n.2, p.199-229, 1996.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997. 235p.
- DÜRRENBARGER, G. Telework and vocational contact. *Technology studies*, v.2, n.1, p.104-158, 1995.
- FINQUELIEVICH, Susana. De nuevo en casa: el teletrabajo y sus relaciones com el uso del espacio urbano. In *Co-*

- municiação, espaço e novas formas do trabalho*. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 318p.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*, p. 165-205. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 349p.
- _____ *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980. 291p.
- LEITE, Maria de Paula, SILVA, Roque Aparecido. A sociologia do trabalho frente a reestruturação produtiva: uma discussão teórica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.42, p.41-57, 1996.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do indivíduo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 209p.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. 72p.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*, p. 7-42. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. 208p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. 308p.
- _____ *Por uma Geografia nova*. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 236p.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 249p.
- _____ *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. 288p.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 260p.

ABSTRACT

The flexibilization of the labour relations and the new information technologies generated a new mode of activity, in which the workers carry on their tasks at home: the telework. There is a huge debate on the positive and negative aspects of this new kind of work organization. This paper - in order to improve the understand about the complexity of the relation among telework, space and individual - aims to approach three ways of analysis:

a) the capitalism as the engender of the way of life of the individual.

b) the labour as established place and activity.

c) contemplate the space and its territoriality implies to perceive the human being through the processes of space valorization as a counterpart of the lived reality.

KEYWORDS:

Telework, Morality, Space, Place.

